



Segurança pública tem destaque na pauta da semana

Senadores debatem e podem votar propostas como a criação de um novo fundo para a área. Também na pauta aumento de repasses da União para os municípios

O Plenário do Senado deve analisar a partir de hoje dois projetos do pacote para combater a violência no país. Um deles cria o Fundo Nacional para Desenvolvimento da Segurança Pública, com recursos que viriam de tributos pagos

pela indústria de armas e material bélico. O outro projeto institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras. A pauta ainda inclui o aumento de receitas do Fundo de Participação dos Municípios e a legalização da união gay. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Senadores podem votar no Plenário nesta semana verba para municípios, união gay e dois projetos sobre segurança



Venilton Kuchler / SESA

Deteção do HIV é feita por exame de sangue: campanha mobiliza país

Mês de dezembro é dedicado a campanha contra a aids

Ao longo deste mês, prédios públicos em todo o Brasil ficarão iluminados de vermelho para marcar a luta contra a aids.

A mobilização do Dezembro Vermelho, em torno da prevenção ao

contágio por HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis, conta também com atividades educativas e peças publicitárias.

Projeto que criou a campanha foi aprovado no Senado em novembro. **4**

Fundeb deve ser permanente, aponta debate **3**

Sindicatos criticam proposta para demitir servidor **2**

Conselho de Comunicação fará seminário sobre fake news

O Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional vai promover na próxima terça-feira um seminário sobre fake news (notícias falsas). O presidente do Sena-

do, Eunício Oliveira, vai falar na abertura do evento, que terá painéis sobre formas de combater esse tipo de publicação e o papel das plataformas digitais. **2**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

O vice do conselho, Marcelo Cordeiro, e o presidente, Murillo de Aragão



Waldemir Barreto/Agência Senado

Autora do requerimento para realização da audiência pública, Vanessa (2ª à dir.) defende o chamado conteúdo local

Debatedores: indústria de defesa requer autonomia

Especialistas ouvidos em audiência pública pela Comissão de Assuntos Econômicos sobre a necessidade de exigir que os projetos da indústria de defesa usem componentes

nacionais afirmaram que o setor precisa de autonomia para se desenvolver, sem amarras. Dessa forma, disseram, poderão acompanhar o crescente desenvolvimento tecnológico. **3**



Descomplicamos o orçamento público

Acesse www.senado.leg.br/sigabrasil e descubra a mais nova ferramenta do Siga Brasil, o SIGABRASIL Painéis.

Mais simplicidade e agilidade para quem deseja saber dados do orçamento federal.



Sindicatos criticam projeto sobre demissão de servidor

Debatida em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, proposta em análise no Senado prevê a avaliação anual dos servidores e permite a exoneração por insuficiência de desempenho

O SERVIÇO PÚBLICO passa por um desmonte pelo atual governo, acusaram sindicalistas ontem em audiência da Comissão de Direitos Humanos (CDH). A audiência tratou do PLS 116/2017 — Complementar, que determina a demissão de funcionários públicos por mau desempenho.

Eles se manifestaram contra a proposta, que permite a demissão de servidores públicos estáveis, concursados, por insuficiência de desempenho. O projeto, de Maria do Carmo Alves (DEM-SE), estabelece que os servidores municipais, estaduais e federais dos três Poderes serão avaliados uma vez por ano com base em critérios como qualidade do serviço, atendimento ao cidadão, produtividade e responsabilidade.

Poderá ser exonerado quem receber notas inferiores a 30% da pontuação máxima por duas avaliações consecutivas ou tiver desempenho inferior a 50% em três das últimas cinco avaliações. O projeto está na



Paulo Paim fala no debate, entre Antônio Pereira Barbosa e Edson Índio

Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e tem Aírton Sandoval (PMDB-SP) como relator.

Desmonte

Para o diretor de Assuntos Parlamentares da Federação de Fiscais de Tributos Estaduais, Antônio Pereira Barbosa, o projeto tem “segundas intenções”, pois visa inocular a iniciativa privada dentro do Estado. O diretor de Estudos Técnicos do Sindicato dos Funcionários do Banco Central, Daro Piffer, questionou a falta de critérios

uniformes no projeto de lei e atacou o desmonte do Estado.

O diretor de Formação Sindical da Federação do Fisco Estadual e Distrital, Francelino das Chagas Junior, disse que a legislação atual já define várias situações que podem levar à demissão de servidores.

Para Paulo Paim (PT-RS), a proposta fragiliza ainda mais a situação do servidor:

— Além de congelar salários, quebram a estabilidade e a Previdência. A propaganda bate no servidor 24 horas por dia.

Seminário abordará notícias falsas na internet

O presidente do Conselho de Comunicação Social (CCS) do Congresso, Murillo de Aragão, confirmou para a próxima terça-feira, às 10h, a realização de um seminário sobre *fake news* (notícias falsas). O anúncio foi feito ontem durante reunião do colegiado.

A abertura, no Auditório do Interlegis, será feita pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira. Também foram convidados para falar na abertura o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes e o ministro da Justiça, Torquato Jardim.

Aragão confirmou que o seminário nasceu a partir de uma iniciativa de Eunício, que manifestou, durante a posse da nova composição do CCS,

em novembro, preocupação com o impacto que a disseminação das *fake news* tem tido sobre o processo democrático.

— Nosso objetivo é discutir o risco que as *fake news* são para a liberdade de informação, as consequências para a democracia e como abordar o fenômeno — disse o presidente do conselho.

Painéis

Após a abertura, serão feitos outros quatro painéis de conteúdo. O primeiro tratará de “O universo das *fake news*” e reunirá o presidente da Associação Brasileira das Emisoras de Rádio e TV (Abert), Paulo Tonet, o diretor de TV Rodrigo Cebrian e o jornalista Manoel Fernandes.

O segundo painel discutirá “Os desafios e limites no com-

bate às *fake news*”. Essa parte do evento deverá contar com a presença do ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Tarcísio Vieira, do jornalista Guilherme Alpendre e do procurador Frederico Ceroy.

Às 14h, o tema será “*Fake news* e as plataformas digitais”, que contará com nomes a serem indicados pelo Portal UOL. O último painel discutirá “Como combater as *fake news*”, com a participação de especialistas em direito eleitoral e um nome indicado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

O conselheiro José Antônio de Jesus, representante dos radialistas, sugeriu que o evento tenha um representante do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC).

Previdência não tem déficit nem precisa de reforma, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) registrou a publicação de artigo dele no jornal *O Globo*. No texto, intitulado “Ousadia e verdade”, o senador escreve que a CPI da Previdência mostrou que o sistema é superavitário e a reforma, desnecessária. Ele lembrou que a CPI fez sugestões para aperfeiçoar o setor.

Segundo Paim, os problemas da Previdência são a má gestão, a sonegação, a corrupção, o desvio de recursos para outras áreas, a falta de fiscalização, as dívidas de grandes empresas com o INSS e o perdão dessas dívidas feitas ao longo dos anos.

— O culpado não é o servidor, o trabalhador nem as pequenas e microempresas.

Lasier vê nas eleições 2018 chance para mudar quadro político

A sociedade está cansada de corrupção, impunidade, atraso em obras, falta de dinheiro público e sofrimento dos carentes, disse Lasier Martins (PSD-RS). O senador manifestou a esperança de que as eleições de 2018 mudem o quadro político e ajudem a superar as crises. Ele destacou a importância do voto.

— É por isso que os eleitores estão apelando por renovação dos postos eletivos, na busca de votos calcados em valores éticos, para reerguer o Brasil, que caiu tanto na degeneração, solapado pela corrupção.

Ele também criticou os três Poderes por não responderem aos anseios da sociedade.



AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CDH Pessoa com deficiência**
9h Audiência interativa sobre acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência. Às 14h, audiência interativa para discutir o PLS 211/2017, que determina a oferta de cursos profissionalizantes específicos e gratuitos para pessoas com deficiência. Os eventos estão na programação da 11ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência.
- CI Veículos elétricos**
9h Entre os 15 itens, o PLC 65/2014, que institui tarifa para implantação de pontos de recarga para veículos elétricos.
- CAE Simples Nacional**
10h Análise do relatório de avaliação do Simples Nacional. Depois, pauta de 14 itens
- CMO Lei Orçamentária Anual 2018**
10h Relatórios à LOA 2018. Reuniões também às 12h, às 14h30, às 16h e às 18h.

- CRA Pesquisa agropecuária**
11h Relatório de avaliação da pesquisa agropecuária. Depois, pauta de 11 itens.
- CE Educação escolar indígena**
11h Entre 22 itens, o PLS 737/2015, sobre educação escolar indígena.
- CMA Extração de recursos minerais**
11h30 Na pauta de 15 itens, o PLS 63/2017, que agrava a pena para quem extrai recursos minerais sem autorização.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Abre a pauta o texto que institui o Estatuto da Segurança Privada.
- DOENÇAS RARAS Ministério da Saúde**
14h Reunião com o Ministério da Saúde.
- MP 800/2017 Duplicação de rodovias**
14h30 Audiência interativa para ouvir o Ministério dos Transportes, o TCU e a ANTT.
- MP 801/2017 Recuperação de estados**
14h30 Audiência interativa para ouvir o Sindifisco, o TCU e o Unacon Sindical.

SESSÃO ON-LINE

- Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>
- Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

- Participe**: <http://bit.ly/audienciainterativa>
- **Alô Senado**: 0800 612211
- **Acompanhe**: Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania
- **Facebook**: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter**: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- **TV**: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente**: Eunício Oliveira
- Primeiro-vice-presidente**: Cássio Cunha Lima
- Segundo-vice-presidente**: João Alberto Souza
- Primeiro-secretário**: José Pimentel
- Segundo-secretário**: Gladson Cameli
- Terceiro-secretário**: Antonio Carlos Valadares
- Quarto-secretário**: Zeze Perrella
- Suplentes de secretário**: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

- Secretário-geral da Mesa**: Luiz Fernando Bandeira
- Diretora-geral**: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Diretora**: Angela Brandão
- Coordenadora-geral**: Ana Lucia Romero Novelli
- Diretora de Jornalismo**: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

- Diretor**: Flávio Faria
- Coordenador-geral**: Sílvio Burl
- Coordenação de Cobertura**: Paola Lima
- Serviço de Reportagem**: Sheyla Assunção
- Serviço de Fotografia**: Leonardo Sá
- Serviço de Arte**: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Plenário pode votar fundo para a segurança pública

Os senadores devem analisar, a partir de hoje, criação de um novo fundo para a área. Também está na pauta da semana projeto que aumenta repasse para municípios e proposta que legaliza união gay

O PLENÁRIO DISCUTE e pode votar nesta semana a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública (FNDSPP). O objetivo do fundo é financiar ações para capacitar, equipar e integrar as forças policiais dos estados. A proposta está pronta para votação em primeiro turno.

A PEC 24/2012, de João Capiberibe (PSB-AP), transfere para o novo fundo dois tributos pagos pelas indústrias de armas e material bélico: o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), recolhido pela União, e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cobrado por estados e Distrito Federal. O fundo é formado ainda pelo Imposto sobre Serviços (ISS) pago pelas empresas de segurança privada aos municípios.

Também está na pauta projeto que institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras. O SCD 6/2016 faz



Capiberibe é autor de um dos projetos do pacote de combate à violência

parte do pacote de propostas relacionadas à segurança pública.

Municípios

Os senadores também podem votar nesta semana proposta que aumenta as receitas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Eles já aprovaram o calendário especial para a tramitação da proposta, que eleva de 49% para 50% o repasse da União ao fundo relativo ao Imposto de Renda (IR) e ao IPI.

De Raimundo Lira (PMDB-PB), a PEC 29/2017 determina que o acréscimo de receita deverá ser repassado em setembro. A estimativa é que, com a proposta, as transferências via FPM possam chegar a R\$ 5,6 bilhões em 2021.

O reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo (PLS 612/2011) também está na pauta. O projeto, de Marta Suplicy (PMDB-SP), legaliza a união estável homoafetiva por meio de alterações no Código Civil.

Debate em Minas aponta que Fundeb precisa ser permanente

A presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Fátima Bezerra (PT-RN) disse ser necessário mobilizar a sociedade em favor do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb).

A importância da continuidade do Fundeb foi debatida em audiência pública da CDR realizada ontem em Belo Horizonte. Já haviam sido realizadas reuniões em Brasília, Salvador, Porto Alegre e Aracaju.

— Esses debates estão sendo muito produtivos para termos um olhar regional e, ao mesmo tempo, global sobre a educação no país. É importante a sociedade se mobilizar para que consigamos não só manter o fundo,

como também aprimorá-lo.

A senadora é relatora da PEC 24/2017, de Lídice da Mata (PSB-BA), que torna o fundo permanente. Fátima ressaltou que defenderá o aumento para 50% da participação do governo federal, por entender que, sem isso, os municípios não conseguirão cumprir as metas do Plano Nacional de Educação, como as referentes ao piso do magistério, à expansão da rede de ensino básico e à implantação do modelo de educação em tempo integral.

A deputada Margarida Salomão (PT-MG) também apoiou a PEC do Fundeb.

Além de especialistas, participaram do encontro deputados estaduais de Minas Gerais, entre eles o presidente da assembleia, Adalclever Lopes.



Senadora Fátima Bezerra (C) participa de debate na Assembleia de MG

Especialistas: defesa não precisa de exigência de conteúdo local, mas de autonomia

O segmento de defesa contribui para o crescimento do Brasil e precisa de autonomia. O setor é um dos mais complexos e evolui rapidamente com o desenvolvimento tecnológico.

A avaliação foi feita ontem durante uma audiência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) destinada a avaliar

a exigência de conteúdo local para as indústrias do setor.

O contra-almirante André Luis Ferreira Marques, diretor de Desenvolvimento Nuclear da Marinha, disse que determinar percentuais fixos de conteúdo local por decreto não compensa.

Chefe da 6ª Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica,

o brigadeiro do ar Paulo Eduardo Vasconcelos disse que o conteúdo local decorre de compensações tecnológicas. Ele explicou que o Brasil exporta equipamentos de defesa com conteúdo local para muitos países por acordos de compensação. Segundo ele, isso favorece a inserção das empresas nas cadeias inter-

nacionais de fornecimento.

A técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Luciana Acioly disse que “é preciso analisar as políticas de forma mais integrada”:

— A política de conteúdo local conversa com a política macroeconômica, com a política de modernização das empresas, com a política de

metas, com a política de acesso a capitais e tecnologia.

A autora do requerimento da audiência pública, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), ressaltou que a exigência de conteúdo local visa gerar benefícios para a economia brasileira, além daqueles diretamente decorrentes da receita gerada pelo empreendimento.

Elmano aponta relevância do Mais Médicos no interior

Elmano Férrer (PMDB-PI) ressaltou ontem a importância do Programa Mais Médicos para as populações do interior, especialmente das Regiões Norte e Nordeste.

O senador disse ser testemunha dos benefícios que o Mais Médicos leva às pessoas que antes não contavam com assistência à saúde.

— Sou testemunha do que ele representou para as populações pobres, para muitas cidades que não contavam com médico.

Vanessa comemora decisão do STF de validar o programa

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de considerar legal o Programa Mais Médicos foi elogiada ontem por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

A senadora lembrou a luta dos profissionais para que a assistência farmacêutica fosse incluída no programa.

— E o governo, ao invés de focar no enfrentamento desses problemas, faz exatamente o inverso: enfraquece o Mais Médicos em todos os sentidos, o que é lamentável.

Humberto teme que governo acabe com iniciativa

O senador Humberto Costa (PT-PE) comemorou a decisão do STF de considerar legais as regras do Programa Mais Médicos. Ao julgar uma ação, o STF decidiu que o pagamento diferenciado a cubanos e a dispensa de revalidação do diploma não ferem a Constituição.

O senador disse temer que a decisão do Ministério da Educação de proibir por cinco anos a abertura de novas vagas em cursos de medicina leve ao fim do Programa Mais Médicos.

Capiberibe diz que país vive período de retrocesso

O Brasil vive o maior retrocesso político e econômico da sua história, disse João Capiberibe (PSB-AP). O senador afirmou que as universidades e os institutos federais funcionam precariamente e que os centros de pesquisa estão suspendendo estudos por falta de recursos.

Para Capiberibe, a Emenda Constitucional 95, que congelou os gastos públicos por 20 anos, interfere diretamente nos investimentos em saúde, educação e assistência social.

Ele também lamentou que o governo gaste metade da sua arrecadação para pagar juros e serviços da dívida pública.

Hélio José sugere descentralização do passe livre

Hélio José (Pros-DF) sugeriu que se descentralize a emissão do passe livre interestadual, direito assegurado ao transporte das pessoas com deficiência. Segundo ele, o passe livre interestadual é produzido só em Brasília, mas um acordo entre União, estados e municípios agilizaria o processo, que hoje pode demorar mais de um ano.

— O beneficiário poderia ser atendido em postos estaduais, municipais ou distritais, para solicitar e retirar o documento.

Medeiros: cortes sociais começaram nos governos do PT

O discurso da oposição precisa ter coerência, disse José Medeiros (Pode-MT). Segundo ele, tanto Lula quanto Dilma defenderam reformas na Previdência quando eram presidentes.

O senador contestou as acusações éticas contra o PMDB, pois, segundo ele, Michel Temer assumiu a Presidência como resultado das escolhas do PT na composição de alianças. Para Medeiros, os cortes nas verbas sociais começaram na administração de Dilma.



Prédios públicos ficam vermelhos contra a aids

Criada por lei em novembro, a campanha Dezembro Vermelho prevê atividades educativas e peças publicitárias. Governo alerta para aumento da doença entre jovens e idosos

Simone Franco

AO LONGO DESTE MÊS, prédios públicos em todo o Brasil ficarão iluminados de vermelho para marcar a luta contra a aids. Além da iluminação, a mobilização em torno da prevenção ao contágio por HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST) conta com atividades educativas e peças publicitárias.

O projeto que deu origem à criação do Dezembro Vermelho (Lei 13.504/2017) é da deputada Erika Kokay (PT-DF). No Senado, a iniciativa recebeu o apoio de Marta Suplicy (PMDB-SP), relatora na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A senadora ressaltou a importância de, no ano em que se celebram os 30 anos de lançamento do Dia Mundial de Luta contra a Aids, comemorado em 1º de dezembro, surgir uma iniciativa capaz de mobilizar as pessoas em torno da questão.

— Se a gente não fala do tema, parece que não existe mais o problema do HIV. Mas ele existe — alertou.

Marta se disse preocupada com o avanço do contágio entre jovens e idosos apontado pelo Ministério da Saúde e pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids. Mas afirmou que o fato não surpreende, dadas a descontinuidade de campanhas públicas de prevenção e a ausência de aulas de educação sexual nas escolas.

— O jovem se esqueceu de que tem de usar preservativo. Nos anos em que se viam mortes de famosos, como o Cazuza, as pessoas se precavam por



Prédio do Congresso recebe iluminação vermelha em dezembro para marcar a campanha nacional de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis, como a aids

causa do medo. Depois, as pessoas passaram a não morrer mais de aids. Então, é como se não tivesse importância. Mas é duro viver com o vírus ou com a doença.

Sobre o aumento da contaminação entre idosos, Marta crê que isso se deve ao fato de as pessoas nessa faixa de idade terem passado a ter uma vida sexual mais ativa e mais livre.

— Falar para o outro “eu quero preservativo” ainda é muito inibidor tanto para a mulher quanto para o homem — afirmou Marta.



Para Marta, campanha é necessária para lembrar as pessoas do problema

Projetos de lei beneficiam pessoas com o vírus

Quatro projetos de lei em estudo no Senado reúnem medidas de interesse de pessoas com o vírus HIV. Dois são de Paulo Paim (PT-RS) e abordam a questão da perspectiva previdenciária. Os outros dois focam em benefícios relativos ao Imposto de Renda.

O PLS 188/2017 dispensa a pessoa com HIV que recebe auxílio-doença de perícias regulares realizadas pela Previdência Social. O projeto está pronto para votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A segunda proposta de Paim é o PLS 313/2017 — Complementar e também está na CAE. O texto reduz o tempo de contribuição previdenciária exigido de portadores do HIV.

Atualmente, a Lei Complementar 142/2013 prevê 25 anos de contribuição para homem e 20 anos de contribuição para mulher, para conceder aposentadoria pelo Regime Geral ao segurado com deficiência grave. O projeto insere nessa regra os trabalhadores com aids, mesmo que a infecção tenha ocorrido após sua adesão ao sistema previdenciário.

“Essa patologia levará, ao longo dos anos, ao desenvolvimento de um quadro irreversível de incapacidade do exercício da atividade profissional, tornando, ainda, os seus portadores dependentes e, não raras vezes, com sequelas graves que demandam cuidados especiais. A aids é ainda responsável por elevado índice

de óbitos no Brasil e pela retirada do mercado de trabalho, sem que esses trabalhadores tenham o tempo de contribuição necessário para pleitearem o recebimento do benefício da aposentadoria, crucial para a manutenção de suas vidas com dignidade”, considerou o senador na justificativa.

Imposto de Renda

Os outros dois projetos estão no Plenário. Ambos já tiveram pareceres aprovados na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), e, enquanto aguardavam votação final na CAE, foram deslocados para o Plenário para exame de requerimento de José Pimentel (PT-CE) pedindo a tramitação conjunta, como propostas correlatas.

Do ex-senador Eduardo Azeredo, o PLS 148/2010 prevê a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Física, de despesas do contribuinte e seus dependentes com medicamentos de uso continuado para tratamento de doenças crônicas ou graves, entre elas a aids.

O PLS 523/2011 instituiu um



Projeto de Paulo Paim reduz tempo de contribuição para quem tem HIV



Alvaro quer abater gasto com remédio para aids do Imposto de Renda

programa de subsídio a medicamentos de uso domiciliar, que permite o abatimento parcial dos gastos da base de cálculo do Imposto de Renda. De Alvaro Dias (Pode-PR), a proposta define as doenças alcançadas pela medida e exige perícia médica prévia feita pelo SUS e requerimento à Receita Federal para acesso ao benefício.

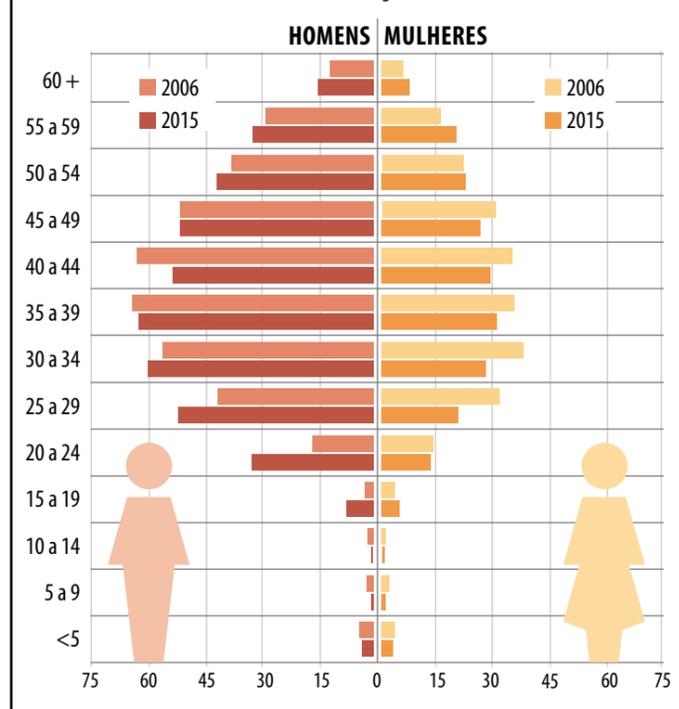
Empenho

Na avaliação de Paim, o envolvimento do Senado no Dezembro Vermelho deve ser reforçado com um maior empenho pela aprovação dos projetos que tratam da aids.

— Se com lei é difícil, calcule quando não tem lei. E essa é uma questão muito delicada, que leva tanto jovens quanto idosos à morte. É inegável que avançamos muito. E as campanhas devem continuar ostensivamente. É uma responsabilidade coletiva e o Senado está correto em entrar nessa campanha do Dezembro Vermelho para alertar ainda mais a população em relação ao vírus da aids — analisou.

Aids cresce entre jovens e idosos

Por 100 mil habitantes no Brasil segundo faixa etária e sexo



Fonte: Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais

Saiba mais

Dicas de prevenção
<http://bit.ly/PEPaoHIV>

Mulheres e Aids
<http://bit.ly/AIDSmulheres>

Campanha Dia Mundial de Luta contra a Aids
<http://bit.ly/campanhaVamosCombinar>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania